

A falha de comunicação em família com funcionamento narcisista¹
The failure of communication in family with narcissistic functioning

Patrícia Coral Viegas²

Resumo: O foco deste trabalho foi uma tentativa de compreender defeitos na comunicação no vínculo familiar sob o referencial psicanalítico na teoria da vincularidade. A diminuição de obstáculos na comunicação, entre as pessoas, tem-se constituído em um fator de saúde nas relações. A ausência da clareza comunicacional pode tornar-se fator de adoecimento psíquico desde o início da vida. Falhas graves nesse processo podem impedir a organização egóica das pessoas, dificultando um adequado desenvolvimento emocional. Posteriormente no estabelecimento de novas relações estes defeitos irão condicionar os vínculos futuros. Para ilustrar este trabalho participou uma família monoparental com características de funcionamento narcisista. A dificuldade de comunicação entre os membros deste conjunto de pessoas, afetivamente ligados, a quantidade de sofrimento envolvido e o referencial vincular analítico justificam a presente reflexão e atestam que a variável comunicação reside os grandes problemas emocionais.

Palavras-chaves: comunicação; conflito intersubjetivo; psicoterapia familiar.

Abstract: This paper focuses on an attempt to understand breakdowns in communication in a family bond based on the psychoanalytical referential in the bonding theory. A reduction of obstacles in communication between people represents a health factor in relationships. The absence of communicational clarity can become a psychic illness factor from the very beginning of life. Serious failures in this process may impede people's egoic organization, thus complicating adequate emotional development. Later, with the establishment of new relationships, these defects will determine future bonds. To illustrate this point participation a family that demonstrating narcissistic behavioral characteristics. The difficulty in communication between the members of this emotionally connected group of people, the amount of suffering involved as well as the analytic bonding reference justify the present reflection and attest to the fact that the communication variable generates serious emotional problems.

Key-words: communication; intersubjective conflict; family psychotherapy.

¹ Esse artigo deriva da monografia da Especialização em Psicanálise das Configurações Vinculares intitulada "A comunicação em uma família com funcionamento narcisista", realizada e defendida, pela autora, em 03 de dezembro de 2010.

² Psicóloga Clínica; Mestre em Psicologia Clínica/Unisinos-RS; Especialista em Psicanálise das Configurações Vinculares pelo Instituto Contemporâneo; Especialista em Psicoterapia Psicanalítica da Infância e Adolescência pelo Instituto Contemporâneo-RS; Supervisora de Estágio de Psicologia Clínica no Instituto Contemporâneo-RS e no Serviço de Doenças Afetivas/Complexo Hospitalar Santa Casa de POA/RS.

A comunicação pressupõe uma das tarefas mais complexas do ser humano. É necessário que exista um emissor e um receptor, com código de linguagem afim, para que se estabeleça um diálogo. Entretanto, o ato de comunicar leva em consideração que o código de um nunca é idêntico ao do outro.

Para Puget e Berenstein (1993), o entendimento do que se diz sempre será incompleto e deverá exigir ajustes de ambas partes. Quanto maior for a maturidade dos egos envolvidos no discurso, melhor será a possibilidade de convergência do que se quis comunicar e da interpretação do outro. Deve-se ainda reconhecer que, muitas vezes, nem o próprio sujeito tem clareza do que deseja comunicar, visto que existe algo que é alheio a si próprio, pois é da ordem do inconsciente. Primeiramente se estabelece o intra-comunicacional e, posteriormente, o extra-comunicacional. Quem pensa bem, se comunica bem (Sic, Isidoro Berenstein).

Esses códigos de linguagem têm sua origem no primeiro vínculo com o outro. Este ambiente primitivo, mãe, vai introduzindo signos ao seu bebê, que o vai constituindo. Quanto mais saudável o desempenho desta função materna, mais adequados tais códigos e esse bebê poderá adquirir melhor capacidade de integração dos fatos e dos afetos.

Winnicott introduz, na literatura psicanalítica, a importância do papel real do ambiente para a constituição do psiquismo e seu desenvolvimento emocional. “Esse ambiente pode ser um facilitador ou não para o desenvolvimento emocional da criança. Sendo a mãe a primeira representante desse ambiente” (Viegas, 2009). Esse “holding” promove ao bebê uma capacidade de manifestação dos fatores constitucionais pela via normal, favorecendo a passagem da fase de dependência absoluta do infante, com sua mãe, à independência (Winnicott, 1956/2000; 1965/1994).

Essa “mãe suficientemente boa” constitui-se de um adulto significativo, capaz de abrir mão de seus desejos narcísicos, permitindo a alteridade do seu filho. Em consonância com Winnicott, Berenstein (2001b), revela que tanto o bebê quanto sua mãe têm imagens internas concordantes, entretanto há a necessidade de se transformarem, de se estranharem e de se libertarem delas. Quando isso não acontece, explicita o autor, a alteridade é rejeitada. E esse bebê, portanto, só poderá existir para satisfazer o desejo narcísico materno, sendo uma réplica de sua mãe. Berenstein (2001b) acrescenta que o destino desse tipo de situação é a não-aceitação da lei paterna, da entrada do terceiro no vínculo dual, sendo o passaporte para a

psicose. Esse desalinho demonstra a incapacidade familiar de lidar com o diferente. A lógica que se estabelece é a de Objeto Único, onde o um não pode se transformar em dois (Puget; Berenstein, 1993; Severo, 2010).

Não raro, falhas de comunicação produzem violências diversas nos relacionamentos vinculares. Uma relação violenta é uma intrusão e, em geral, quem a exerce desmente a sua magnitude (Puget, 2005), provocando incômodo e mal-entendidos. Estes tendem a gerar desde sentimentos de estranheza, como também atos agressivos, violentos, atacando a estabilidade mental (Puget; Berenstein, 1993). O ato e o clima violento, em geral, tendem a acontecer em virtude de alguma história individual, identificatória, como a de perpetuar um passado vivenciado com os primeiros objetos atuais e/ou transgeracionais (Puget, 2005).

Estudiosos da psicanálise vincular têm refletido sobre os discursos-monológicos, onde cada um fala sem que o outro escute ou para que o outro não escute. Suas graves conseqüências, tanto para o indivíduo, intrapsiquicamente, quanto na intersubjetividade, geram sentimentos de solidão e enlouquecimento.

Nesse sentido, este artigo focaliza-se em convidar a discutir a comunicação intersubjetiva na sua amplitude e suas vicissitudes, a partir de construções teóricas da teoria da comunicação, bem como da psicanálise. O aprofundamento deste assunto serve para instrumentalizar e tratar as demandas da clínica de casais, famílias e também a individual. Debruçar-se sobre um assunto de tal relevância podendo ser um facilitador para todas as abordagens das dificuldades emocionais, tanto em tratamentos privados quanto nas abordagens públicas e sociais. A discussão teórico-clínica contará com o estudo de um caso de família monoparental, levando em consideração sua história detalhada e a interface com a temática.

A comunicação humana: origens e conceituação

Inexistiríamos se não nos relacionássemos com um Outro. O papel desempenhado por esse Outro, ambiente facilitador, nos primórdios da vida, serve para suprir as necessidades básicas do recém-nascido, de auto-conservação. Entretanto, outras funções vitais para a constituição da subjetividade vão se estabelecendo, como a inscrição de códigos e a segurança interna, necessárias para imprimir uma sensação de pertencimento.

Cortinas (2000) refere que a noção de pertencência é produtora de subjetividade e está intimamente ligada à identidade, que se articula a partir das identificações do ego e de suas relações com o ideal de ego. A identidade, portanto, estará presente no ato de comunicar,

onde duas pessoas com egos distintos estão dialogando, a partir de suas premissas internas. Nessa interação há um campo emocional, onde circulam atos de linguagem, referem Puget e Berenstein (1993). Esses são complexos, sugerem os autores, equivalentes a uma equação de incógnitas tentando serem descobertas, para que haja um entendimento entre egos.

Esses egos individuais são formados a partir de outros egos. Piva (1995) lembra que a comunicação inconsciente dos pais colabora com a constituição do aparelho psíquico dos filhos, “como objetos de significação e de autoconservação. Também como objetos doadores de linguagem dispuseram o corte na semantização ao determinarem as opções para copiar certas e determinadas qualidades e não outras, com as quais se constitui precisamente o inconsciente, operando por esse caminho a transmissão geracional” (p. 76). O início da simbolização, conforme Berenstein (2001a), inicia-se quando a mãe e “seu peito” ocupam lugar de objeto perdido, levando o bebê a recorrer às suas marcas inscritas.

A mãe, portanto, teve que estar presente inicialmente para que seu bebê se sentisse amparado suficientemente para que, na sua ausência, pudesse ilusionar. Essa mãe e um outro, função paterna, devem abrir espaço para que o filho ingresse no mundo. Debenetti (2002) lembra que o homem ajudará a mulher a não reter o filho para si, e que essa deve aceitar em seus mundos, interno e vincular, um marido que faça o corte impondo novas regras. A autora refere que é dessa forma que o novo se faz presente, formulando um contexto exclusivo de significações. Gomel e Lamovsky (1992) acrescentam que a função paterna propicia ordem e discriminação sexual e geracional, sendo a representante da lei cultural.

A presença real das pessoas facilitam a entrada nesse processo simbólico e, conseqüentemente, na linguagem. Berenstein (2001a; 2001b) e Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) sugerem que conversar com um outro, objetos interativos, pressupõe presença, pois são pessoas que se comunicam umas com as outras. O mundo vincular, portanto, se distingue do mundo interno pela impossibilidade da ausência (Berenstein, 2001a; 2001b).

Essa interação entre duas ou mais pessoas remete ao encontro com o desconhecido do outro, o alheio, e com a incapacidade de domínio dos signos no ato de comunicar. Falla Moscovici traduz, em um quadro, a relação entre o mundo intra-psíquico e o mundo inter-psíquico da seguinte forma: quando o conhecido de mim é conhecido pelo outro, há um Mundo Aberto; quando o conhecido de mim é desconhecido pelo outro, existe um Mundo Secreto; quando o desconhecido de mim é conhecido pelo outro, surge o Mundo Escondido; e quando há algo desconhecido de mim que o outro também desconhece, estamos diante do

Mundo Inconsciente. Esta descrição mostra a complexidade de mundos presentes no ato de se comunicar consigo mesmo e com um outro.

Watzlawick et al. (1967) mencionam que a comunicação está sempre presente na vida dos sujeitos, pois todo comportamento tem valor de mensagem. “Atividade ou inatividade, palavras ou silêncios, tudo possui valor de mensagem; influenciam outros e estes, por sua vez, não podem não responder a essas comunicações e, portanto, também estão comunicando” (p. 45).

Em concordância com esse postulado, diversos estudiosos da teoria psicanalítica como Gomel e Lamovsky (1992), Saccomori (2010) e Zimerman (2000), ao teorizarem sobre a comunicação, referem que o processamento dessa pode ser tanto via linguagem verbal (palavras) como pré-verbal (gestos, movimentos, actings, somatizações). Sendo que a capacidade de verbalização pode e deve ser desenvolvida a fim de que se obtenha uma melhor compreensão de si e do outro e, assim, se minimizem os mal-entendidos.

Uma comunicação pode ser intencional e bem sucedida, havendo uma compreensão mútua; ou pode ser patológica prevalecendo uma incompreensão, ou seja, quando a mensagem enviada não se iguala a mensagem recebida (Watzlawick et al., 1967). Para esses autores, sempre que a palavra é usada para designar alguma coisa, há uma arbitrariedade, pois se pré-estabelece um nome para a coisa em si.

Nesse sentido, se retoma a questão dos códigos preexistentes. Gomel e Lamovsky (1992) mencionam que o que alguém fala só pode ser decifrado por alguém que o está escutando, tornando-se um ciclo vicioso, cuja resposta realimenta a mensagem. As autoras comentam ainda que isso resulta em um funcionamento de espiral, que é produzido entre emissor e receptor. Complementando esse ponto de vista, Berenstein (1988), apud Saussure, afirma que a fala consiste em manifestações individuais; por outro lado, a língua se refere a um sistema maior, um sistema de signos, um organizador das manifestações individuais. De maneira ampla, esse é um fator determinante para que uma sociedade estabeleça determinadas regras e códigos de condutas.

Uma família também é um sistema e estabelece seus próprios códigos. “O signo é entendido a partir do sistema e é compreendido, portanto, através das suas relações de valor. O sistema não mais define os elementos individuais, mas as relações entre estes elementos” (Berenstein, 1988, p.53).

Quando há um sistema funcionando em perfeita harmonia, o discurso dialógico prevalece. Puget e Berenstein (1993) afirmam que em todo diálogo há um código

compartilhado, porém há também o desconhecido do outro. Berenstein (2001b) menciona que será preciso falar sempre para que se corrija o mal-entendido permanente que constitui o ato lingüístico. O entendimento, explica o autor, dissimula a angústia, que existe em toda relação com o outro, pois o outro nunca é quem se supõe ser.

Severo (2007) converge com esse pensamento e afirma que as leis de cada um são singulares e valem para o universo individual. Menciona ainda que no encontro com um outro, também com suas próprias leis, é necessário haver uma interação, algo intermediário que surge a partir daquele vínculo: pactos e acordos novos. Quanto maior for o desenvolvimento emocional dos envolvidos nesse vínculo, maior será o entendimento entre os egos.

Segundo Dariano (2006), esse tipo de discurso dialógico identifica a saúde de uma família, onde há a possibilidade de autonomia do pensamento, primando pela verdade e assentadas no princípio de realidade. Por outro lado, existem aquelas famílias onde o resultado do vínculo familiar se estabelece com bases autoritárias, onde os indivíduos não podem existir como membros independentes, não há a aceitação das diferenças individuais e a comunicação é produtora de mal-entendidos.

A comunicação e a lógica narcisista

A dificuldade de comunicação parte do pressuposto que esses egos distintos, que tentam interagir, não estão abertos para a comunicação com o outro. Nesse sentido, estamos falando que um indivíduo (ou mais de um) parte (m) de uma concepção unilateral. Puget e Berenstein (1993), ao abordarem essa questão no vínculo matrimonial, revelam que é comum um integrante falar algo e o outro entender diferentemente, provocando irritação e mal-estar. Isso acontece, segundo os autores, quando um pressupõe que o outro deveria significar as palavras da mesma maneira. A lógica prevalente, portanto, é a narcísica.

Há uma negação geracional na dimensão narcisista, onde a diferenciação das relações de objeto não pôde ser estabelecida (Kancyper, 1999) na infância, nem na adolescência, etapa definitiva para o estabelecimento da diferenciação. Conforme o autor, esse é o momento que as ambivalências e ambigüidades em relação aos pais podem ser ressignificadas. Entretanto, quando isso não acontece, impera “um modelo ideal projetado à imagem e semelhança do criador. Este estabelece pigmalionicamente uma relação de domínio [...] com a finalidade de garantir a presença incondicional de um objeto parcial ou total, desamparado e dependente do

amo e senhor” (Kancyper, 1999, p. 50). Assim os sujeitos ficam fusionados e confundidos, afirma o autor.

O código narcisista tem em sua estrutura uma fragilidade egóica, pobreza na representação do self, que ocasionam sentimento de inferioridade e enfermidade (Bleichmar, 2005). Para Kancyper (1999) esse sujeito fica sendo regido pelo ressentimento, que promove um movimento circular e repetitivo, e freqüentemente é expresso através da agressão vingativa. Nesses moldes, a agressividade tende a ser uma manifestação comum do quadro psicopatológico. Essa forma de se relacionar, segundo Bleichmar (2005), desvaloriza o outro, desembocando em situações de deterioro das inter-relações, impotência perante a realização de seus desejos amorosos e do reconhecimento do outro e, por sua vez, de ter trocas com o mundo externo.

Freud, em 1930, no seu texto “O mal estar na civilização” aborda que “(...) o narcisista que tende a ser auto-suficiente, buscará suas satisfações principais em seus processos mentais internos (...)” (p.91). Esse tipo de homem não leva em consideração o outro como pessoa possuidora de um pensamento próprio. No vínculo narcisista, o ego, na reedição do seu desamparo, espera que o outro exerça a função de assistente, indicando, adivinhando, antecipando ou realizando uma determinada ação (Puget; Berenstein, 1993).

Sendo assim, o discurso vincular tende a adotar uma modalidade de ego ideal, imperando a ilusão de que eu e o outro somos um (Objeto Único) e, portanto, os significados têm que ser únicos (Cortinas, 2000; Puget; Berenstein, 1993; Severo, 2007). Para Piva (1995) o sintoma surge exatamente para que o sujeito possa sobreviver nessa família, sendo uma forma substitutiva de lidar com a não expressão de seus pensamentos. A não aceitação da diferença, muitas vezes, acaba sendo fonte de violência (Cortinas, 2000; Piva, Severo; Dariano, 2007; Puget, 2005), como único meio de resolução da angústia da presença do outro como diferente (Puget, 2005).

Essa violência, intersubjetiva, tende a aniquilar o outro, pois é impulsionada pela pulsão de morte (Dariano, 2006; Gomel, 1996; Matus, 1997; Piva, Severo; Dariano, 2007; Severo, 2007). Esse tipo de ato destrutivo, complementam Puget e Berenstein (1993), deriva da necessidade de rechaçar o diferente, pois o ego fica com um sentimento persecutório. A imposição da presença de um sobre o outro agrega um componente de crueldade, instalando um processo de desumanização (Puget, 2005). A autora acrescenta que ainda a crueldade tem um aspecto manipulador da verdade e a mensagem emitida desmorona o outro em suas intimidades narcísicas, bem como a capacidade de construir subjetividade vincular.

Para Puget e Berenstein (2003), o diálogo é substituído por dois monólogos – regido por uma única lei - e que, muitas vezes, pode estar disfarçado de diálogo. “São interrompidas as regras habituais da relação entre linguagem e os estados mentais correspondentes” (p. 69). Dessa maneira, não se leva em consideração a realidade, mas o mundo interno. Esse diálogo violento gera a fantasia de aniquilamento no outro, refere Gomel (1996), pois tende a ameaçar a sua singularidade.

Matus (1997), em concordância com o que foi mencionado, refere que manifestações patológicas, onde há descontrole de impulsos, têm relação com a impossibilidade vincular. Entretanto, a autora, nos lembra que nem sempre questões ligadas à violência são exclusivas de patologias graves, podendo ocorrer em sujeitos e vínculos neuróticos. Em relação as patologias dos vínculos, explica a autora, há uma falha grave desde a construção do espelho familiar, assim como um déficit na simbolização e na saída exogâmica. É possível pensar que a falha vêm desde a constituição individual, onde o primado narcisista ainda opera.

Puget e Berenstein (1993) revelam que freqüentemente os sentimentos de estranheza do outro são administrados através de projeções e, assim, dificultando a identificação do outro em relação a origem do mal-estar provocado e, por sua vez, gerando sensação de enlouquecimento. Há uma falta, por parte do sujeito-projetivo (narcisista), da capacidade empática (Puget; Berenstein, 1993). Essa criança se submete ao discurso paradoxal desse adulto, com seus ditos e não-ditos, em prol da sobrevivência psíquica (Faimberg, 2001).

Dariano (2006) lembra que há, nesses casos, uma negação das diferenças sexuais, geracionais e subjetivas instalando “[...] um circuito de fusão mortífera ou assimetria exagerada, que só será rompido pelo ato da violência” (p. 195).

Watzlawick et al. (1967) afirmam que as famílias patogênicas tendem a ter padrões de interação muito restritos, sendo entidades caóticas e desorganizadas. Nessas famílias, segundo os autores, o discurso paradoxal torna-se comum. Dariano (2006) define o discurso paradoxal como sendo um modelo de comunicação sem saída e de perplexidade. A autora ainda menciona que essa é uma estratégia desesperada de manutenção do vínculo, desqualificando a percepção dos interlocutores e pode ser identificada pela falta da lei paterna.

O ambiente é desrespeitoso e aprisionante, incapacitando o sujeito de se libertar. Esse tipo de vinculação é considerado “duplo vínculo”. O “duplo vínculo”, segundo Watzlawick et al. (1967), é produzido pelo comportamento paradoxal, onde duas ou mais pessoas se encontram envolvidas em uma relação significativa de sobrevivência física e/ou psicológica. Dariano (2006), ao mencionar Anzieu, afirma que essa lógica paradoxal, via denegação,

impede a elaboração normal ou neurótica do eu. Sugere, ainda, que há uma subversão do processo secundário, primando às leis do processo primário; e, no aspecto relacional, tende a se negar a alteridade. Essa era a forma de se relacionar da família Buscapé. O que prevalecia era estar juntos pela necessidade de sobrevivência física e psicológica, porém solitários em seus desejos. A análise do caso mostrará especialmente a forma que estabeleciam contato uns com os outros, suas dificuldades em se comunicar, ouvir e conviver (viver com).

Sobre a comunicação familiar

Todos os integrantes da família eram irritados e explosivos (brigões). O pai, Renato³, se mostrou aparentemente “forte”, sisudo, mas sempre muito perdido, como se tivesse a mesma idade das meninas, um menino. As meninas eram três filhas (16, 14 e 7 anos) frutos do divórcio com Renata. A vida profissional de Renato exige uma vida social intensa, fato que deixava as três muito brabas, pois ele viajava constantemente e nunca tinha disposição para lazer com elas. “A gente nunca consegue brincar. Ninguém brinca comigo”, revelou a menor. O pai, por sua vez, reclamava: “Elas estão sem limites”.

Desde o início dos atendimentos algo parecia “fora do lugar”, a comunicação não informava com precisão o que ele(s) desejava(m) ao buscar o tratamento. Ele ou eles? Quem era o paciente que a psicoterapeuta de família aguardava para conhecer? O pai foi quem compareceu na triagem, sozinho, solicitando atendimento familiar, pois não sabia mais o que fazer com suas filhas, das quais detinha a guarda desde a ruptura do casamento. Porém, ao mesmo tempo em que foi encaminhado como paciente-família, no seu prontuário, o registro ficou como paciente-individual. O pai também havia ido sozinho para a primeira entrevista vincular e não sabia o nome da profissional que lhe atenderia, confundindo as secretárias do instituto⁴. Duas de suas filhas ainda não haviam sido informadas que participariam de uma avaliação familiar, sendo que apenas a mais velha detinha tal informação, antes das demais, pois “casualmente” pediu ao pai para ir numa psicóloga naquele mesmo período. Coincidência? Necessidade de Lúcia? Leitura da comunicação não-verbal?

Esse início representou bem o que estava por vir dessa família. O pai ficou “perdido” na sala de espera, durante 15 minutos, até descobrir quem lhe atenderia – a espera de mais uma desconhecida, que iria adotá-lo (originalmente é um filho adotivo). Sua família encontrava-se da mesma maneira: “perdidos”, “sem pai, nem mãe”, entre “a vida e a morte

³ Todos nomes utilizados foram modificados com o objetivo de assegurar a privacidade dos pacientes.

⁴ Escola de Psicanálise, onde foi realizado o atendimento familiar.

simbólica”, imersos em “ausências”. A forma com que se comunicavam, freqüentemente, era através do uso de monólogos e linguagens não-verbais. Havia um explícito funcionamento disfuncional nessa família. O monólogo é o ato de falar unitário, que na família de Renato se apresentava como vários falando solitariamente, sem com que o outro escutasse. Dessa maneira, o monólogo adquire forma porque o diálogo não é possível, confirmando que há falhas no vínculo emocional e comunicativo (Puget; Berenstein, 1993).

Durante os atendimentos, ficou clara a dificuldade de cada integrante da família em se escutarem. Esses acabaram estabelecendo uma lógica narcísica de funcionar, onde prevalecia apenas a verdade de cada um. Puget (2005) refere que esse clima vincular unilateral possivelmente corresponderia a uma resistência ao vínculo familiar.

O clima cotidiano inter-relacional era tenso, dentro e fora da psicoterapia, sendo esse o motivo de diversas intervenções da psicoterapeuta, como no dia em que o pai solicitou que as meninas contassem sobre a briga que tinha havido entre elas.

Renato: Tinha uma coisa que vocês queriam falar para a psicóloga.

Elas desconversaram

Diz a menor (Tina): O pai comprou um carro.

O pai: Não era isso!

Lúcia, a maior, mencionou: Eu e a Denise brigamos de novo.

O pai comentou que não era sobre isso que ele estava falando. E então começaram a discutir.

A menor, então, comentou: É... porque tu não fala! (irritada) e continuou: O pai quer falar... fala, fala, fala... e vira uma briga.

A psicoterapeuta mencionou: Parece que vocês estão me respondendo, ao mostrar esse clima de guerra, que vocês se acostumaram a se maltratarem.

O pai então verbalizou: Mas a psicóloga falou uma coisa importante... que a gente se acostumou a brigar.

Clima, segundo Puget e Berenstein (1993), tem como definição o conjunto de emoções e sentimentos que funcionam sustentando certas interações e são dificilmente traduzidas em palavras, necessitando de um mediador. Essa tensão tornava a convivência insuportável, com agressões físicas e verbais; ao mesmo tempo em que não conseguiam se

desgrudar, uns solicitando a presença dos outros, especialmente com buscas de olhares (função materna) e limites (função paterna).

As regras do setting também eram, quando não os agradavam/não os convinham, motivos de protestos. Um exemplo foi a tentativa do legislador (pai) em “burlar” acordos feitos no contrato terapêutico, como o dia em que reclamou sobre o pagamento das faltas, que havia sido previamente combinado:

Renato: Antes de mais nada queria ver contigo a história de não poder vir e pagar. Eu não acho justo!

Em outro momento comentou como deveria ser o tratamento, ao dizer:

A minha idéia é que fosse variar. Tinha que ser assim... umas vezes vêm só as meninas, outras eu e uma delas, outras todo mundo, outras eu sozinho.

Todos da família pareciam mini-juízes, autoritários e querendo imprimir suas regras via “goela abaixo”; assim como réus, vítimas do abandono geracional e transgeracional, e tendo que se defenderem das suas próprias agressões. A autoridade do pai, na maior parte das vezes, não tinha valor algum, o que demonstrava que Renato não conseguia imprimir regras na família. A sua função paterna não foi estabelecida adequadamente, mesmo sendo o guardião legal das meninas, optando por ter o poder de cuidá-las e protegê-las. Muitas vezes parecia tão menino quanto as meninas; todos usando de gritos e xingamentos, esperneando quando sua verdade não era reconhecida como única, debochando uns dos outros, com “tapinhas” que viravam “tapões”.

Ao discorrerem sobre o ato de comunicar, Berenstein (2001b) e Gomel e Lamovsky (1992), referem que todo discurso saudável implica a presença de um outro. E esse pode ser manifesto através de palavras, gestos, movimentos, ditos e não ditos (Gomel; Lamovsky, 1992). Por outro lado, lembra Severo (2007) que quando impera um discurso único, há uma impossibilidade do outro agir e, portanto, se estabelece a violência. Essa se manifesta, segundo a autora, por intimidação de um através de “interrupções, rapidez de discurso, vozes elevadas, gritos, palavras pesadas ou insultos mútuos. Aqui usamos a lógica como poderoso instrumento na sustentação de que somos o dono da verdade. As premissas podem ser falsas, mas o objetivo é desacreditar o argumento do outro e impor o nosso como verdadeiro.” (p.9)

Nesse sentido, Renato se mostrava infantil ao lidar com os conflitos familiares, como mostra o relato a seguir:

Era um dia em que ninguém se olhava, quando Renato retirou um papel do bolso. Nesse momento, a filha do meio, Denise, não estava presente, pois tinha ido ao banheiro. Informou e foi!

Lúcia, a mais velha, ficou impressionada com a atitude do pai em tirar o tal papel do bolso e disse: Não acredito que tu trouxe o papel! (indignada).

E o pai responde: Trouxe e falta fazer os outros três.

Ao retornar do banheiro, Denise viu a discussão e falou: Não acredito que tu trouxe esse papel! (indignada).

A maior diz à Denise que tinha dito o mesmo.

Então o pai verbalizou para a psicoterapeuta que havia tido uma briga na segunda e na terça-feira – o atendimento era na quarta-feira – e que Lúcia tinha feito um fiasco. Só relataram o resultado da briga, não o conteúdo, que parecia “tanto fazer”, visto que o que os ligava era o clima de agressão, o amor pelo avesso. O papel em questão foi motivo de agressões verbais na sessão, de acusações, onde resultou na Lúcia dizendo:

Quero ir morar com a mãe! Não agüento mais as tuas ameaças! (fala ao pai).

E continuou, se dirigindo a psicóloga: Sempre que a gente brigava o pai me dizia: “Se não tá contente vai morar com a tua mãe!” E agora eu quero ir e ele não deixa!

Esse fragmento de sessão, mostra a dificuldade que todos tinham em falar, de forma genuína, sobre seus padecimentos inter-relacionais. Havia constantemente uma lógica paradoxal, com mensagens contraditórias: querem ficar juntos e não querem. Esse discurso era enlouquecedor e feria a capacidade de percepção dos indivíduos. Dariano (2006) refere que nesse tipo de discurso, a percepção fica desqualificada e pode provocar “microtraumas”, impedindo a capacidade de pensar.

O tratamento se preocupou em interromper esse tipo de comunicação, tentando transformar o acting do pai em discurso verbal. Dessa forma, se investigou os sentimentos despertados em relação ao ato de levar algo na sessão sem a prévia combinação entre os membros, emergindo a perplexidade das filhas. As intervenções, portanto, tiveram o intuito de mostrar que aquele tipo de atitude provocava um clima tenso no grupo familiar e geravam sentimentos hostis, como raiva/irritação, indignação e abandono em todos.

Lúcia então comentou: É assim o tempo todo! E por isso quero morar com a mãe!

Renato complementou: Ta muito difícil. Eu to tentando, mas tá muito difícil!

Então lembrou de sua infância e disse: Não consigo ter vontade de ver meu pai e os outros da família, meu irmão. Eu fui dado e foi muito difícil aceitar isso. Hoje em dia, não os agüento! Aqui em casa ainda tem chances.

Naquele momento, ficou evidente que o pai estava trazendo para a sua nova família seus conflitos intra-psíquicos, suas questões mal-resolvidas, seus traumas infantis. E isso entrou na sua família atual como fator determinante, onde o novo não tinha espaço para se desenvolver. E então acabou provocando nas filhas um sentimento de não-existência, manifestada por Lúcia na fala seguinte:

Lúcia: O pai vive dizendo a história dele ... nós não queremos mais saber.

Em seguida, entretanto, foi revelado que os discursos eram vazios. O pai falava muito sobre sua história, intoxicando-as, mas elas não sabiam de dados importantes e básicos da vida dele.

Isso apareceu quando Denise falou:

Inclusive a pessoa que criou o pai tá ali embaixo, a tia Camila. Por isso que nos atrasamos na consulta, fomos buscá-la.

O pai rebateu: Não! Nunca morei com a tia Camila. Isso que foi a minha tristeza. Eu adorava o tio e a tia Camila. Eu sempre fiquei pensando porque eles não me pegaram.

Denise disse: “Não entendo mais nada, porque a tia te chama de filho e tu chama ela de mãe.

Tina concordou: Também não entendo. Com tu morou então?

E o Renato falou: Eu acabei sendo dado para uma pessoa desconhecida que me maltratou. Nós nos chamamos de mãe e filho porque é a forma de nos tratarmos. Mas quando a mãe faleceu, logo em seguida faleceu a irmã dela e os outros primos também ficaram órfãos, então essa tia ficou com os outros primos e eu fui dado.

A conexão com a versão do outro em busca do entendimento foi raridade durante todo o acompanhamento psicoterápico, sendo mais comum o não-dito; a necessidade de todos serem um; e os atos violentos. Nesse sentido, não levavam em consideração as diferenças de gênero, de pensamento e de sentimentos. Entretanto, pela primeira vez pareceu haver um “discurso propriamente dito”, onde um falou com o outro, denunciando parte da transmissão transgeracional dessa família.

Dariano (2006), ao retomar Freud e Bateson, explica que a transmissão psíquica transgeracional se faz presente quando comunicamos algo, pois a fala tanto é portadora do

que se diz, como do não-dito. Conforme a autora, a fala tem um caráter informativo e também atende a uma forma como as relações vão se organizar, suas regras. A transmissão geracional, e transgeracional, portanto, é uma forma de manter uma ordem antiga, gerida pela compulsão à repetição.

Na família de Renato, seus traumas ligados ao abandono - havia sofrido na infância - e sua condição de pobreza, eram revividos com as meninas, deixando a sensação “no ar” de que em qualquer momento ele (pai) podia abandoná-las. O abandono era a moeda principal das chantagens emocionais entre os integrantes dessa família. A angústia que prevalecia nas meninas era a de que nenhum dos genitores teria condições de cuidá-las.

Essa ameaça constante estava a serviço de uma compulsão à repetição com as vivências infantis desse pai, que também se sentia um menino órfão. Então, o emprego excessivo de projeções que Renato empregava na relação com as filhas, promovia uma série de mal-entendidos (Zimerman, 2000). Certo momento do tratamento familiar, a filha mais nova, Tina, revelou essa dificuldade de ter adulto-protetor da saúde emocional, que impunha boas regras, ao falar para e da irmã mais velha diante da psicoterapeuta:

Tina falou à Lúcia: Me incomoda o fato de tu andar pelada pela casa.

Os demais (pai e Denise) não viam problema e seu discurso ficava no vácuo.

Lúcia: Não sei porquê.

E Tina continuou: Porque se eu quero levar um amigo, como que eu vou levar se tu fica andando pelada pela casa?

Lúcia: Eu nunca andei pelada na frente de ninguém de fora de casa

É a Tina retrucou: Mesmo assim. Porque eu não posso abrir a porta para ninguém sem ter que ver se tu tá pelada ou não!

Assim como o discurso da Lúcia (que era também dos outros) não podia ser modificado por Tina, que se sentia solitária em sua necessidade. Apenas uma lógica podia prevalecer. Outro exemplo foi quando, em dado momento, Renato resolveu dizer que o plano de estudo que Denise havia feito era ruim. Ele só a criticava, mesmo sendo a primeira vez que Denise havia organizado um plano de estudo que estava conseguindo cumprir. O fazer nunca era o suficiente para essa família.

Quando Lúcia tentou falar sobre o assunto, não conseguiu porque o pai não parava de falar. Sem diálogo, Lúcia começou a gritar, dizendo:

Lúcia: Só tu que sabe o que é certo e errado!

O pai mal a escutava, cheio de razão e verborrêico. Denise tentava discordar, mas não conseguia porque o pai não cessava sua fala, estava alterado (furioso) talvez porque ela estava conseguindo melhorar e podia ter despertado o medo da sua perda de controle sobre as meninas. Denise então tentou falar levantando a mão, como no colégio esperando sua vez para falar, solicitando o auxílio da psicoterapeuta, através de um “olhar de pedido de socorro”. Da mesma maneira, Lúcia seguiu a irmã. As duas ficaram esperando a sua vez de falarem.

Essa busca por olhar e escuta foi sendo a solicitação constante do tratamento. Dado momento, as meninas resolveram fazer fotos profissionais para colocar em um mural nos seus quartos. Denise foi a única que não tirou foto. As demais levaram as fotos para mostrar para a psicoterapeuta, que sentia a necessidade de acolher a demanda e olhar atentamente para elas.

Tina entregou o álbum e disse: É para tu ver!

E a maior continuou: São as fotos!

A psicoterapeuta olhou atentamente uma por uma, questionou como foi a escolha das roupas.

A maior relatou o fato: A gente escolheu. Mas na hora, a tia ajudou.

Então Lúcia lembrou: Só faltou a Denise! O pai queria levar as fotos para pôr no escritório, mas falta da Denise!

Havia sempre um lugar para algo ou alguém faltante, manifestadas nas ações e principalmente na comunicação falha entre os membros da família. Essas ausências físicas e/ou emocionais, costumeiras, dos membros da família passaram a ocupar um lugar importante nas sessões da psicoterapia familiar. Elas apareciam nas sessões de diversas formas, como idas ao banheiro, falta de algum integrante, ou mesmo quando presentes pareciam ausentes, (estavam e “não estavam presentes”). Entretanto, em muitos momentos, na medida em que sentiam que suas falas tinham valor no espaço terapêutico (especialmente as meninas), puderam ir substituindo sentimentos de solidão por escutas e intervenções atentas da psicoterapeuta e conseqüentemente dos demais, como no fragmento a seguir.

Lúcia: Eu fui na gineco, quis que a Denise fosse comigo, ela nunca foi e já menstruou. Tem medo, não quer ir. (A mãe estava ausente na ida à ginecologista, no dentista e na vida diária das meninas).

Romper com a comunicação prevalente, via agressões verbais e físicas, era desejo e não desejo dessa família. A linguagem predominante era a não-verbal e/ou o monólogo, que denunciava a dificuldade de reconhecerem a diferença do outro expresso pelo idioma que cada um estabeleceu. Em alguns momentos, portanto, pôde-se transformar os monólogos em diálogos a fim de estabelecer uma nova forma de comunicação. Entretanto, mudar o rumo dessa história, poderia ser ameaçador. Dessa forma, em dado momento, a família Buscapé “deu-se no pé” rompendo com a possibilidade de continuar sua transformação vincular.

Considerações finais

A condição da presença real de duas ou mais pessoas é fator imprescindível no ato de conversar. A forma mais evoluída de estabelecer uma comunicação é através da linguagem verbal, entretanto, não exclusiva, podendo ser manifestada pela linguagem não-verbal. Nessa, estão envolvidos os gestos, a postura, o tom de voz, as expressões faciais, os movimentos.

Para o estabelecimento de uma comunicação adequada entre o emissor da mensagem e o receptor é importante que se considere alguns fatores, dentre eles: os aspectos constitucionais de cada um, intrapsíquicos; e o “entre” - as emoções, os pensamentos, os sentimentos envolvidos na inter-relação, o novo. Deve-se levar em conta que nunca há uma significação idêntica nas falas, por mais que os sujeitos se assemelhem.

Nesse sentido, quando falha a comunicação entre as pessoas, como na família deste estudo, há uma tentativa de anular as diferenças, necessitando que o discurso seja único, monológico. Portanto, a característica psicopatológica em questão é a narcisista. Esse tipo de vínculo tenta enredar o outro a fim de que ele próprio sobreviva.

Essa relação tende a instaurar um clima de ameaça da estabilidade vincular podendo gerar violências (Puget, 2005), especialmente quando um tenta obter autonomia e partir para uma simbolização própria, ameaçando a estrutura pré-estabelecida. Puget (2005) menciona ainda que é importante se lançar mão de recursos para que não haja uma catástrofe emocional.

Este estudo mostrou a gravidade das falhas comunicacionais, na teoria e na prática, tendo sua máxima na capacidade alienante dos sujeitos dos vínculos. E, nesse sentido, a psicoterapia vincular têm uma função fundamental de tratamento e prevenção de reedição de traumas ligados a essas famílias com alto teor de conflito. Acredita-se que outros estudos seriam bem vindos a fim de contribuir com uma população, que nos dias de hoje, está cada vez mais violenta e é uma constante na clínica contemporânea.

Referências

- BERENSTEIN, I. **Família e doença mental**. São Paulo: Escuta, 1988.
- _____. **El sujeto y el outro**. De La ausência a la presencia. Buenos Aires: Paidós, 2001a.
- _____. Reflexões sobre uma psicanálise do vínculo. In: GREEN, A. **Psicanálise Contemporânea**. Artes Médicas: Porto Alegre, p. 183-195, 2001b.
- BLEICHMAR, H. **Avances em psicoterapia psicanalítica: hacia una técnica de intervenciones específicas**. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- CORTINAS, R.V. Comunicación violenta en el vínculo matrimonial. **Aperturas Psicoanalíticas**: Revista de Psicoanálisis, 6, p.1-11, 2000.
- DEBENETTI, C. I. **Função Paterna: Considerações clínicas sobre a passagem ao ato vista desde a inoperância da função paterna**. (Manuscrito não publicado, 2002).
- DARIANO, J. N. O discurso familiar via de transmissão – o psiquismo entre gerações. In: PIVA, A. (org.). **Transmissão transgeracional e a clínica vincular**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- GOMEL, S. (1996). **Transmision generacional, família y subjetividad**. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- GOMEL, S.; LAMOVSKY, C. Escucha y discurso en psicoanálisis de família y pareja. **Revista de Psicología y Psicoterapia de Grupo**, 15, p. 23-37, 1992.
- KANCYPER, L. **Confrontação de gerações**. Estudo Psicanalítico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- MATUS, S. La clínica familiar en tiempos de transición: Escucha e intervenciones. **Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo**, 20, p.123-133, 1997.
- PIVA, A. Mais além da formação sintomática individual: o mito familiar inconsciente. **Publicação CEAPIA**, 8, p.73-84, 1995.
- PIVA, A., SEVERO, A.; DARIANO, J. Poder e violência: Formas de subjetivação e dessubjetivação. **Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade**, 02, p. 63-77, 2007. Disponível em: www.revistacontemporanea.org.br. Acesso em: 08/10/2010.
- PUGET, J. Violências en pareja y família: Función testimonio, estado de amenaza, crueldad. **Actualidad Psicológica**, 29, p. 2-6, 2005.
- PUGET, J.; BERENSTEIN, I. **Psicanálise do casal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- SACCOMORI, I. Fracaso en la comunicación en el matrimonio. **Atas do IV Congresso internacional de Psicoanálisis de pareja y família**. Buenos Aires, julho, 2010.

SEVERO, A. Violência e vincularidade: O jogo das diferenças e o sujeito como efeito do poder. **Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade**, 02, p.169-184, 2007. Disponível em: www.revistacontemporanea.org.br. Acesso em: 08/10/2010.

_____. **Encontros & desencontros: a complexidade da vida a dois**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

VIEGAS, P. C. (2009). **A capacidade de mentalização em pré-adolescentes que vivenciaram o divórcio altamente conflitivo dos pais**. São Leopoldo: UNISINOS. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

FAIMBERG, H. Escuta da telescopagem das gerações: pertinência psicanalítica do conceito. In: KAËS, René, FAIMBERG, MICHELLE Enriquez Haidée; BARANES Jean José (Org.). **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001

Freud, S. O mal-estar na civilização. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original publicado em 1930).

ZIMERMAN, D. **Fundamentos básicos das grupoterapias** (2ª.ed). Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

WATZLAWICK, P., BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. **Pragmática da comunicação humana. Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação**. São Paulo: Editora Cultrix, 1967.

WINNICOTT, D. O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo da família. In: **Explorações Psicanalíticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. (Original publicado em 1965).

_____. A tendência anti-social. In: **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Original publicado em 1956).